

O SISTEMA DE PRODUÇÃO NA BAHIA SERTANEJA DO SÉCULO XIX: uma economia de relações não-capitalistas

THE PRODUCTION SYSTEM IN THE HINTERLAND BAHIA IN XIX CENTURY: a not-capitalists relations economy

Marcos Sampaio Brandão

Professor da Faculdade da Cidade do Salvador
Mestrando em Geografia pela UFBA

Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão – quase um deserto – quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes... (CUNHA, 2001, p. 94).

Resumo: Para um melhor entendimento do sistema de produção no sertão da Bahia – a que este artigo se propõe – faz-se necessário dar uma volta ao espaço agropecuário oitocentista e notar que o território continua sendo regido por muitas das normas e poderes instituídos no período colonial, enraizados e “aperfeiçoados” sesmariamente para o período provincial brasileiro e passados hereditariamente a diversas regiões do Brasil contemporâneo. Os rebatimentos socioespaciais dessa hereditariedade sesmeira e latifundiária perduram no recorte regional deste trabalho. O presente artigo pretende trilhar a direção no sentido de contribuir para uma reflexão sobre a tese levantada por alguns autores de um *feudalismo brasileiro* que teve seu auge durante o século XIX e que preferimos chamar esse fenômeno de *uma economia de relações não-capitalistas*, refletido – ainda nos dias atuais – no modo de viver do habitante sertanejo do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Espaço agropecuário; Bahia; capitalismo; feudalismo brasileiro.

Abstract: For a better understanding of the system of production in Brazil and more specifically in the backwoods of the Bahia – that this article proposes – it is made necessary goes round the farming space in the 18th century and to notice that the territory keeps on being governed by a great deal of the standards and powers set up in the colonial period, taken root and "perfected" for the provincial period Brazilian and passed hereditarily to contemporary Brazil. The rebats space-partner of this hereditary succession allottee and landowner last a long time in the regional cutting out of this work. The present article intends to tread the direction in the sense of contributing to a reflection on the theory lifted by some authors of a *Brazilian feudalism* that had his height during the 19th century and that we preferred call this phenomenon of *an economy of relations non-capitalists*, reflected – still in the current days – in the way of living on the inhabitant from the backwoods.

Key-words: Farming space; Bahia; capitalism; Brazilian feudalism.

Introdução

Ao tecer análise sobre a atividade sócio-econômica no interior baiano do século XIX, somos compelidos a partir da atividade criatória que influenciou grande parte da ocupação dos territórios nesse *quase deserto, ignoto trecho de sertão* como bem descreveu Euclides da Cunha. O início da fixação do colono nas terras sertanejas data do século XVII, depois de algumas expedições feitas em busca de metais preciosos nas caatingas e matas virgens de uma região que ainda se caracterizava por ser predominantemente indígena.

Ainda no século XVI, alguns aventureiros em busca de riquezas minerais organizaram expedições e adentraram o território baiano. Na direção do sertão pelos leitos dos rios, guerrearam com o indígena, tomaram suas terras, descobriram minerais preciosos em alguns pontos regionais, introduziram a atividade criatória com a pecuária extensiva e colaboraram para a formação de uma rede urbano-regional nesse pedaço de sertão baiano.

Passados três séculos após a ocupação inicial, a criação de gado se configurou como a maior atividade econômica do sertão, mas não conseguiu a acumulação de capital que o Recôncavo baiano obteve, com a lavoura açucareira. A circulação de capital no sertão era ínfima e restrita aos sesmeiros. A relação dos fazendeiros com o poder estava ligada às vastas extensões de terra que possuíam; seus empregados, trabalhadores da fazenda, sobreviviam na base da troca da força de trabalho por terra, reses e alimentos que a fazenda produzia. Configurava-se no sertão do século XIX, um sistema produtivo baseado nas trocas.

Fazendeiros e trabalhadores na Organização Social da Bahia Sertaneja e Pastoril Novecentista

A criação de gado na Bahia foi dependente da economia açucareira desenvolvida no Recôncavo durante os primeiros anos do domínio luso, e fez desenvolver “uma economia pastoril associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço” (RIBEIRO, 1995, p. 340), mas nem por isso a

empresa do gado desenvolveu um acúmulo de capital como a indústria açucareira ou a exploração dos metais preciosos. O gado abastecia, porém, não gerava uma acumulação de capital que desse credencial e fizesse com que os trabalhadores e também os donos das terras pastoris participassem efetivamente do sistema capitalista como grandes capitalistas mercantis. Isso faz Sodré (1998) afirmar que o que se via na vida social do sertão era um sistema muito mais perto do regime feudal.

Toda a estrutura social colonial brasileira obteve sua base fora do meio urbano, com raízes completamente rurais, tendo o fazendeiro escravocrata como personagem que exercia o monopólio total da política e mantinha a estabilidade e o controle incontestável de todas as instituições, chegando muito perto do senhor feudal de outros tempos (HOLANDA, 1995).

Faoro (2004, cap. IV, nº 6) também aborda esse assunto e defende a tese do chamado “feudalismo brasileiro”, lançado nas raízes do feudalismo local, ou melhor, um sistema feudal nascido em terras brasileiras e gerado espontaneamente pela conjunção das mesmas circunstâncias do feudalismo europeu.

Feudalismo, no século XVI ainda vivo na Península Ibérica, que se prolongou no Brasil [...] Senhores de terras e senhores de homens, altivos, independentes, atrevidos [...] A idade média européia arderia, transformada em outra língua e em trajes diferentes [...] Dir-se-ia um recanto de corte européia transplantada para o meio da selvageria americana [...] A expressão plástica da tese do feudalismo brasileiro mostra, com abundância de provas, o processo que a ditou. O senhor de latifúndios e de escravos – o senhor de engenho -, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, a aristocracia ou a nobreza, de ordem rural. O fazendeiro sempre vinculado ao açúcar [e posteriormente ao gado], se transmuta em nobre, por analogia com o aristocrata europeu, também ele proprietário de terras (FAORO, 2004, p. 127, 128).

Holanda (1995, p. 32, 33) afirma que “os privilégios hereditários, que, a bem dizer, jamais tiveram influência muito decisiva nos países de estirpe ibérica, pelo menos tão decisiva e intensa como nas terras onde criou fundas raízes o feudalismo...” e Freyre (2004) complementa a citação, corroborando a tese de um Brasil de organização predominantemente feudal durante séculos quando afirma que

O prestígio variava mais com o poder econômico e as condições regionais de espaço físico do que com a origem social ou étnica. As classes eram constituídas por dominadores ou por dominados [dentre estes, homens do litoral e homens dos sertões] [...] As flutuações (transferências de classe econômica) foram, no Brasil, de conteúdo e substância e não de forma. Em

suas formas a organização brasileira foi predominantemente feudal – embora um tanto capitalista desde o início – durante séculos (FREYRE, 2004, p. 474).

A discussão baseada em renomados autores – sobre uma organização feudal acontecida em terras brasileiras – é trazida como sustentáculo para a afirmação de que aconteceu no sertão do século XIX uma economia de atividades desenvolvidas através de relações de produção não-capitalistas compondo o que se chama de contradições do capitalismo. Daí a abordagem de que o capital deve ser entendido conforme a idéia de Martins (2004, p. 3), que se baseia em Karl Marx e trata o capital como processo observando que “o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção” analisadas adiante.

A ocupação eficaz no sertão baiano se desenvolve no decorrer dos séculos XVIII e XIX através dos fazendeiros moradores, donos de vastas glebas de terra, herdeiros dos donatários e dependentes da agricultura de subsistência e da criação de gado. Faoro (2004) trata essa constituição hereditária territorial como sendo o tronco do sistema feudal em terras brasileiras executado desde os donatários. O sistema de doações foi ampliado aos senhores de terras, aos potentados rurais, até se chegar aos latifundiários, pois a terra era o principal meio de produção e a maior demonstração de poder da época.

Conforme Dantas,

A ocupação das áreas de pecuária equivalia a pequenas manchas distantes léguas e léguas umas das outras. Juntamente com o vaqueiro, podiam estar também alguns poucos reideiros que, alijados da terra por não participarem dos círculos do poder colonial, viam-se impelidos a criar seu gado nas propriedades de outrem [...] As boiadas abriam seus caminhos pelas caatingas que, por sua própria formação, não demandavam do vaqueiro mais do que um facão ou foice para vencer as adversidades naturais. O conforto destes homens restringia-se a uma casa coberta de palha e, sua dieta, à carne e ao leite fornecidos em abundância pelo criatório (2000, p. 3, 4).

Quanto aos donos das terras, embora tidos como ricos liberais nos gastos e fazendo parte da aristocracia, a maioria dos fazendeiros dessa época não o era, e sim, gente com muitas propriedades¹, poder e negócios, mas sem disponibilidades financeiras. O povo sertanejo que morava nas terras desses fazendeiros é que era bastante carente de recursos² como mostra Leal

Como costumam passar “bem de boca” – bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa – e têm na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito – [...] o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio (1997, p. 43).

O mesmo Leal completa citando Mata e escreve que “ainda que nem sempre detenha considerável fortuna, é havido o “coronel” como rico pela maioria pobre, que aplica esse qualificativo com muita facilidade, dentro da própria relatividade das coisas” (MATA, 1946, *apud* LEAL, 1997, p. 293).



Figura 1 – Pintura de Hector Julio Paride Bernabó (1911 – 1997), mais conhecido como Carybé. Título da tela: “O sertanejo fala pouco – mas a feira semanal é motivo de conversa”. Fonte: arquivo pessoal do autor.

A *maioria pobre* refere-se ao trabalhador regional, o roceiro, o vaqueiro, o retirante da *Triste partida*, poesia de Patativa do Assaré³... Todas essas “alcunhas” foram imortalizadas através de séculos e fizeram o homem rural do Polígono das Secas⁴ ser nomeado culturalmente de sertanejo, muito bem pintado por Carybé conforme mostrado na figura 1 e descrito pelo escritor Graciliano Ramos em sua obra *Vidas Secas*. Uma obra escrita no início do século XX que aborda a vida do vaqueiro Fabiano junto à sua família, num mundo árido e sombrio, numa realidade dura, e nessa realidade

sobressai-se a relação e o sentimento do trabalhador com a terra nordestina. Dentro desse sentimento, o sertanejo morador não deixa de reverenciar sua terra, mesmo ele sendo acometido diversas vezes pelo frio, miséria e seca regional.

Spix e Martius no século XIX definiam o sertanejo como uma

criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 76).

Para finalizar, a clássica definição de Cunha (2001, p. 207) resume em poucas palavras esse homem do sertão ao afirmar que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.

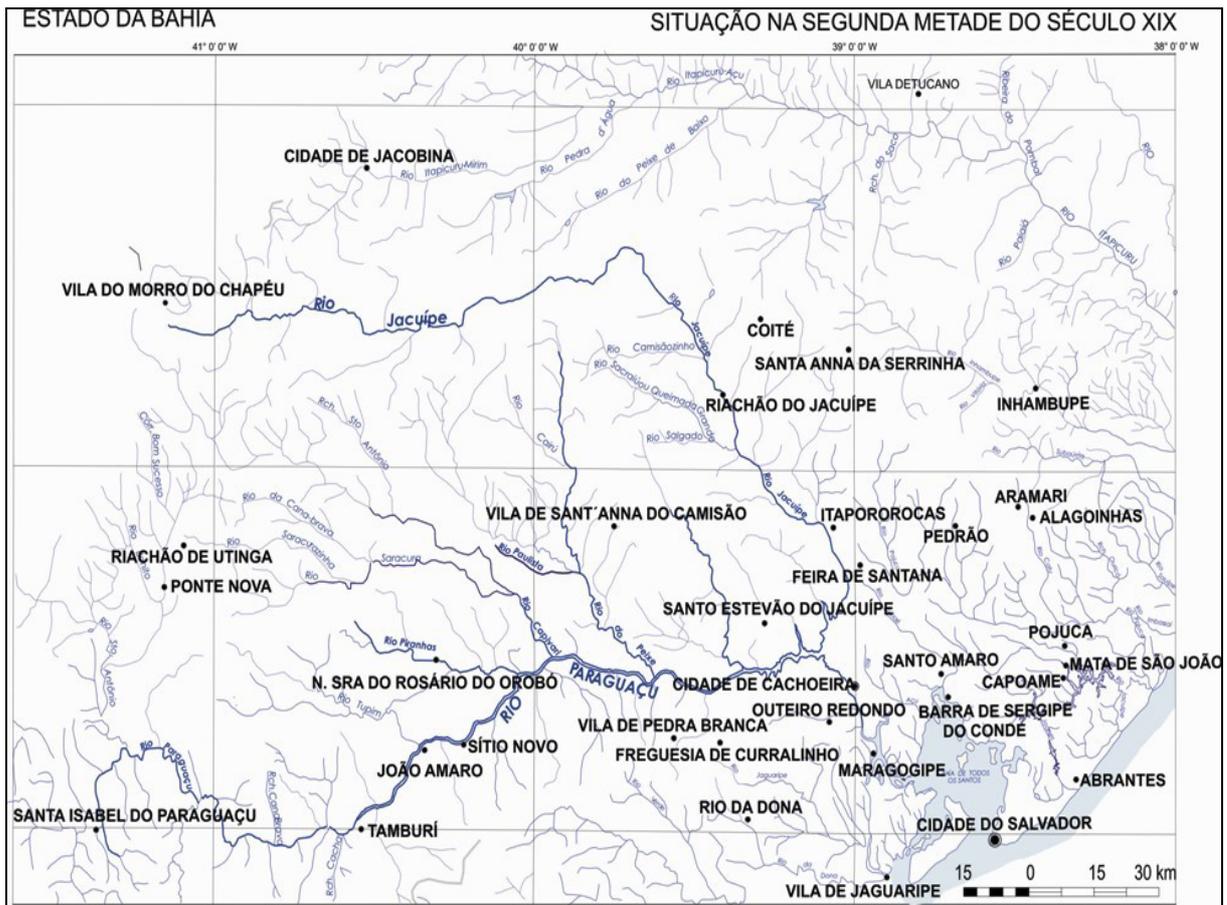
Voltando aos grandes proprietários de glebas⁵, estes tinham uma relação com a terra bastante diferente dos que sem ser possuidores da superfície que moravam, lhes cabia trabalhar para subsistência da família. Faoro (2004, p. 128) simplifica esse sentimento dos latifundiários afirmando que “nobreza territorial será sempre nobreza feudal”, e é diante desse quadro que se configurava o regime societário regional do sertão baiano. A pertença dos coronéis, onde a terra era o principal sinônimo de dominação e poder sobre a região.

Pela condição dos fazendeiros como donos dos meios de produção, a força de trabalho exercida (quando não era escrava que perdurou até a primeira metade do século XIX), evidenciava-se através da troca da mais-valia do trabalhador sertanejo pelos produtos que eram gerados na fazenda chegando a configurar um paradoxo do sistema capitalista, isto é, relações de produção não-capitalistas dentro do capitalismo. Acerca dessas relações de produção que serão explicadas a seguir, Sodré (1998, p. 222) corrobora quando afirma que “o produto dos animais servia de moeda, o couro, a carne, o animal vivo – na partilha, na troca, na aquisição de utensílios ou de alimento”.

Os caminhos do gado, os ciclos econômicos e a rede urbano-regional sertaneja

Antes de analisar as atividades sócio-econômicas e contraditórias acontecidas no capitalismo sertanejo do século XIX, cabe uma explicação de sua dinâmica mercantil junto à rede urbano-regional que começa a se articular por influência de ciclos econômicos em diferentes períodos.

Apesar do domínio do fazendeiro ir além da terra que possuía, para obter a sobrevivência, os coronéis do gado territorialmente situados no sertão baiano tinham uma produção pequena e dependiam da lavoura do Recôncavo para escoar suas reses. Centros de ligação desse sertão com a circulação do Recôncavo e capital até a primeira metade do século XIX⁶ eram localidades como Caetité, Fazenda Curralinho⁷ e Jacobina. A partir da segunda metade desse século, o escoamento também se fazia através de caminhos que passavam por localidades como Jacobina e Tucano ao norte, Caetité e Maracás ao sul e pela vila de Santana do Camisão (atual cidade de Ipirá) e Santo Estevão do Jacuípe mais ao centro do território baiano levando as reses até Feira de Santana, nesse período, a maior zona⁸ de abastecimento e produção de gado da Bahia⁹. O gado que chegava a Feira de Santana era distribuído para Salvador, passando por Mata de São João, feira de gado Capoame (oito léguas da capital, hoje Dias D'Ávila) e Divino Espírito Santo de Abrantes (hoje Abrantes), localidade com Comarca subalterna à de Mata de São João (VIANNA, 1893) que consoante Azevedo (1969, p. 316) teve seu caminho de ligação com o sertão reaberto na largura de 60 palmos em 1652. Via de ligação que nos séculos posteriores viria a ser chamada de “estrada das boiadas”. As localidades citadas, para uma melhor análise e visualização, estão mostradas no mapa 1.



Mapa 1 - Situação regional com destaque para localidades no entorno do Recôncavo e da capital. Adaptado do mapa da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), 2004.

Sobre a viagem das boiadas, os caminhos e a qualidade da carne fornecida até chegar ao maior mercado baiano que era o da capital Salvador, Vilhena disserta afirmando que

Dos diferentes sertões, donde saem os bois, que se consomem nesta cidade, e que nenhum fica em distância menor que 70, ou 80 léguas muitos na de 100 e 150 léguas, não poucos a 200, e mais léguas [...] vêm estes por toda a mencionada distância agitados por vaqueiros, montados em cavalos, e armados com ferrões de uma polegada de comprimento, com que os atravessam até as entranhas; comendo por toda a viagem, o que é fácil supor, até que finalmente chegam à Feira [de Santana] distante doze léguas da cidade, e ali são recolhidos em currais [...] destes são conduzidos para a cidade [de Salvador], sem comerem mais, que o que, andando, podem apanhar com a língua, por uma só, e única estrada, freqüentada de boiadas inumeráveis, desde o princípio da cidade, fundada há 250 anos¹⁰ (1969, p. 160).

No mesmo caminho do gado transportava-se o açúcar para ser comercializado e exportado pela capital. Em transcrição do original da Presidência da Província da Bahia, nota-se a dificuldade do transporte sobre a estrada antiga de difícil trânsito e possibilidades com uma nova estrada, melhor e mais curta do que a das boiadas que transitavam o gado anteriormente.

Muitas são as vantagens que se pode colher com a nova estrada [entre Matta de Sam João e adjacentes e a capital da Bahia], principalmente este município, cujos terrenos sobre maneira férteis, o tem tornado um dos mais importantes da Província pela cultura da canna de assucar; mas que tem tido a infelicidade de não contar até hoje com uma bôa estrada, que facilite o transporte dos abundantes productos do crescente numero de fabricas de assucar que possui [...]. Os municípios de Inhambupe, Itapicuru, e Tucano farão por ahí a sua comunicação com a capital, pois terão uma estrada melhor, e mais curta do que a das boiadas, por que hoje transitão [...] 01 de agosto de 1853 (APEB: Seção colonial e provincial. Série viação: estradas (aberturas/descobertas) 1843 – 1886, nº 4951).

Atesta Andrade que

A base econômica era a pecuária bovina, visando a produção de carne e de animais de tração, a serem utilizados nas áreas mais densamente povoadas e exploradas [...] Em áreas onde havia riquezas minerais a serem exploradas, formavam-se povoações de mineradores [...] - Em torno de pousadas de tropeiros ou em pontos de descanso das boiadas que do sertão demandavam os centros povoados – a Cidade do Salvador ou a área de mineração (1982, p. 68, 69).

O gado continuava a ser a base econômica para o sustento do sertão fornecendo carne para outras localidades, assim como animais para tracionar o trabalho executado na lavoura açucareira. No período referido, a carne, o couro e o trabalho sertanejo voltavam-se para a sístole¹¹ na região mineradora iniciada nos primeiros anos do século XVIII.

Ao voltar à abordagem dos primeiros anos do século XVIII, referimo-nos ao ciclo iniciado muito antes do diamantífero, o aurífero acontecido em Jacobina. A importância dessa sístole regional aconteceu em uma área que teve Jacobina como centralidade. O ciclo aurífero nessa região teve início no primeiro ano do século XVIII¹².

Além das relações com o Recôncavo e a capital, Jacobina tinha ligação econômica com o alto sertão, feita por caminho até a localidade de Rio de Contas que

passava por Morro do Chapéu, Utinga (Riachão de Utinga), Ponte Nova (hoje Wagner), Lençóis e vila de Santa Isabel do Paraguaçu (hoje Mucugê).

Acerca das relações econômicas que compunham a rede urbana de Jacobina, Vianna explica que

Dista Jacobina da capital quatrocentos kilometros communicando-se com ella ou pela Feira de Sant'Anna distante duzentos e sessenta kilometros, ou pela villa das Queimadas, estação do prolongamento, distante cento e dez kilometros. Seu commercio é activo e extenso, relacionando-se com Vila Nova, (cidade do Bomfim), Amargosa, Feira de Sant'Anna, Cachoeira, Alagoinhas, Barra do Rio Grande, Lençóes, Morro do Chapéu, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe, Campo Formoso, Monte Santo, Tucano e Bom Conselho neste Estado, Larangeiras e Simão Dias no de Sergipe e com os Estados de Goyaz e Piauhy no grande negocio do gado (1893, p. 447, 448).

Logo após o ciclo de Jacobina com o ouro, esse metal precioso foi descoberto em Rio de Contas que conforme Aguiar,

desde 1718, tudo prosperava na razão do incessante aumento da emigração [...] o ouro é da melhor qualidade e encontra-se quase à flor da terra e com pouco trabalho. Em algumas dessas minas foram tiradas centenas de arrobas de ouro, essa quantidade era remetida para a fundição em Jacobina (1979, p. 154).

A repulsão da população na região de Rio de Contas só começou com a divulgação da descoberta das lavras diamantinas em 1844. Essa diástole regional tendo como causa a migração foi em função de em 1848, o ouro custar entre 3\$000 e 4\$000 a oitava, quando o mesmo peso do diamante variava entre 400\$000 e 500\$000 (AGUIAR, 1979). Portanto, a rede urbana de Rio de Contas ligava-se à rede de Jacobina que como visto, ligava-se às Lavras Diamantinas.

As Lavras Diamantinas compuseram no interior do sertão baiano uma dinâmica de influência na formação de vilas e cidades em seu entorno. Importante relembrar que o ciclo do diamante nas Lavras Diamantinas teve seu auge entre os anos de 1848 e 1872 (AGUIAR, 1979), somando desde a descoberta da primeira pedra em 1844¹³, perfaz um período de quase 30 anos. O diamante marcou o aparecimento de centros urbanos na própria região diamantífera estendendo sua rede urbana depois de consolidados os pontos citadinos na região em final do século XIX. Segundo Corrêa,

para que a circulação seja efetivada torna-se necessária a existência de vários pontos no território. Estes pontos são os centros urbanos. Neles verificam-se o processo de tomada de decisão, a concentração, beneficiamento, armazenamento... (1989, p. 82).

Informa Milton (1979, p. 350) que “a zona diamantina, inteira, povoou-se como por encanto, com pessoas emigradas de toda parte do Brazil, e sobretudo de Minas-geraes”.

A rede urbana diamantífera¹⁴ tinha suas veias de ligação mais íntimas com a zona do alto sertão que era passagem do gado vindo de Goiás e Minas Gerais sendo “seos principaes mercados os lugares das lavras diamantinas [e também] da Província do Piauhy é que nos vem muitos gados se a estação é regular [março a julho há abundância] se bem que as carnes não sejam boas em razão da longetude e pessimas estradas [...] 5 de janeiro de 1865” (APEB: Seção colonial e provincial. Série Agricultura, abastecimento de gado, carne, 1823 – 1888, nº 4630).

Os fluxos advindos da pecuária nas freguesias, vilas e cidades do sertão eram tímidos em relação aos principais mercados da Bahia, Goiás e Piauí. Os fatos que explicam são: a produção basicamente para a subsistência e a pequena influência da sua rede regional, restrita apenas a cidades que faziam fronteira com suas terras.

Relações não-capitalistas na economia do sertão baiano no século XIX

Por diversos motivos¹⁵, o gado tornou-se a produção mais importante para a sobrevivência da população sertaneja, mas mesmo assim continuou durante todo o tempo como uma atividade secundária em relação à agricultura praticada no entorno litorâneo.

Prado Junior, completa afirmando que

A pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória [...] O seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-lhe às atividades principais da grande lavoura (1967, p. 44).

Quando se fala em produção econômica pastoril e sua circulação para os mercados regionais da Bahia, liga-se diretamente à gênese de arraiais, freguesias, vilas e cidades concebidas no período de expansão do capitalismo no Brasil, através dessa atividade criatória/secundária conforme escreveu Prado Junior (1967).

Para Sodré (1998, p. 223), na época do segundo império (1831-1889) “não tinha ainda o Brasil entrado no mercado de carnes. Não havia exportação dos produtos animais”.

Ribeiro afirma que a atividade pecuária no Brasil

foi sempre uma economia pobre e dependente [...] cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade produtiva [...] Confortou também um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio... (1995, p. 340).

Salvador já fazia parte do sistema capitalista de produção com diversos produtos, mas as localidades situadas no sertão baiano tinham seus domínios baseados na economia pobre da pecuária, como explicado anteriormente, tinham ínfimas ligações com mercados e centros econômicos maiores, sendo assim, ainda se caracterizavam por uma economia de atividades desenvolvidas através de relações de produção não-capitalistas, compondo o que se chama de contradições do capitalismo. Conforme o escrito de Martins

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não-capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio (2004, p. 21).

Além da não mercantilização dos fatores envolvidos, o pouco acúmulo de capital que havia com a venda do gado para os mercados centrais, ficava na mão do fazendeiro e grande coronel de terras. Essa pouca concentração de renda nas mãos dos

poucos proprietários de terras ocupantes do sertão, representa as relações não-capitalistas de produção aqui abordadas, pois estes proprietários que detinham o capital da venda do seu gado faziam o dinheiro circular em mercados mais prósperos da época.

Na passagem de Spix e Martius em 1818 pelo sertão baiano, estes contam que os maiores donos de terras não residiam nem gastavam seus numerários no sertão, confirmado em trecho que segue:

Os donos de tão grandes fazendas raramente residem no sertão. Gastam as suas rendas em lugares mais populosos, às vezes vivendo com incrível aparato, e deixam a administração entregue a um mulato [...] Outros, numa ociosidade voluptuosa, no meio de seu numeroso muralho (sic.), inacessível aos estrangeiros, por motivo de indolência ou ciúme (1981. p. 124).

Voltando para explicar melhor a produção capitalista de relações não-capitalistas dentro da região de criação do gado na Bahia, põe-se o senhor de terras como o único capaz de executar atividades dentro dos moldes da produção capitalista, pois a maioria da população que produz nas terras do senhorio fazendeiro recebia a remuneração na base do escambo.

A análise salarial citada baseia-se em Sodré quando informa que,

Nem havia empregados na acepção nítida do termo¹⁶. Não havia salário. Como ainda hoje [1939] não há, no sertão nordestino [...] [A criação de gado era uma] cultura que obriga a poucos gastos, menos dispendiosa que todas as outras, porque o abastecimento dos rebanhos se fazia *sur place*, o dinheiro era pouco e circulava lentamente no meio da gente dedicada à criação (1998, p. 222).

Sodré ainda vai mais longe nesta questão quando afirma tacitamente que

Nunca houve fortunas feitas no gado. Como não houve, jamais, possibilidade para tal coisa, ao tempo do segundo império. A norma de existência, o padrão de vida dos homens que viviam do gado, senhores ou empregados, era quase a mesma. Cultura igualitária como nenhuma outra e niveladora, a da criação não abria horizontes nem acenava com grandes promessas de lucros (1998, p. 224).

A força de trabalho era a única moeda de troca do sertanejo. Da terra derivava a mandioca, e desta um importante produto para subsistência, a farinha. Do gado tiravam tudo o que necessitavam. Ribeiro (1995, p. 342), com clareza, explica que “o regime de trabalho do pastoreio não se funda, pois, na escravidão, mas num sistema peculiar em que o soldo se pagava em fornecimento de gêneros de manutenção, sobretudo de sal, e em crias de gado”.

A criação é feita distante dos maiores mercados que se situavam no litoral e essa distância torna-se mais um obstáculo para a população residente; dificulta a chegada de produtos vindos de Salvador e do Recôncavo, assim como, reduz a força de trabalho devido ao constrangimento do raio de circulação desse capital regional.

No caso de municípios situados no sertão baiano do século XIX, seguindo a lei das velocidades explicada por Corbusier (1977), a lei da quilometragem torna-os mercados distantes¹⁷ dos centros de Salvador e seu entorno. A distância e a precariedade das vias de comunicação e transportes faz o mercado e sua produção agirem internamente, que para Sodré (1998, p. 224), “os negócios só se faziam no âmbito do país. Menos que isso: no âmbito regional. Destinavam-se a abastecer os mercados internos e nada mais”.

Os negócios feitos em uma escala interna e ligados à produção, circulação, distribuição e consumo da época, relacionados com a distância de centros maiores¹⁸, causa uma debilidade do capital¹⁹ circulante e da sua concentração. Isto nos faz reafirmar que nos arraiais, freguesias, vila e cidades do sertão o sistema sócio-econômico dominante era a produção capitalista de relações não-capitalistas. Essa idéia é reforçada com a citação de Furtado quando afirma que

A produção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato. O couro substituiu quase todas as matérias-primas, evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente. Esse atrofiamento da economia monetária se acentua à medida que aumentam as distâncias do litoral, pois, dado o custo do transporte do gado, em condições de estagnação do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam submarginais [...] Tudo indica que no longo período que se estende do último quartel do século XVII ao começo do século XIX a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido que a renda real per capita de sua população declinou secularmente [...] Esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o

sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje²⁰ (2003, p. 69).

Prado Junior completa escrevendo que

Pode-se avaliar como seria baixo seu nível econômico e índice de produtividade. Basta dizer que neste milhão de quilômetros quadrados [litoral norte do Maranhão até a Bahia], praticamente todo ocupado, o número de cabeças de gado não alcançará talvez nunca 2 milhões, uma duas cabeças em média por quilômetro. Quanto à qualidade, ela também é ínfima: as reses, em média não fornecerão mais de 120kg de carne por animal; e carne de pouco valor (1967, p. 44 e 45).

A criação de gado foi iniciada desde a chegada dos primeiros colonizadores, tornando-se uma das principais atividades de subsistência do europeu em terras brasileiras, porém, seu desenvolvimento foi sempre secundário, praticado em terras secundárias e tendo uma produtividade baixa porque as lavouras praticadas no entorno litorâneo é que faziam a moeda circular quantitativa e qualitativamente. Os mercados de grande acumulação e desenvolvimento fazem essa grande arrecadação executar a lógica do capital expandindo-o, mesmo que indiretamente, a uma melhora social.

À guisa de conclusão

Dentre os problemas citados neste artigo sobre a dificuldade de circulação do capital e sua contradição em terras sertanejas do século XIX no Estado da Bahia que foram caracterizadas pela produção econômica da criação do gado, nestas palavras finais, não podemos esquecer de citar mais um fator: o acúmulo de vastas glebas de terra nas mãos de poucos sesmeiros/fazendeiros/latifundiários, que em muitas das vezes, deixaram as superfícies mais distantes sem nada produzir pensando em uma ocupação posterior. Essa efetiva ocupação, pela demora em muitos anos, prejudicou o desenvolvimento social e econômico, que se associou à perda de representatividade política nesse pedaço de Brasil.

Sem fugir da temática central proposta por este artigo, entende-se que a afirmação sobre a ótica da produção não-capitalista é extremamente paradoxal por se tratar de um

período capitalista que já vivia o mundo e especificamente o Brasil, mas foi feita com base nas idéias dos autores citados no transcorrer das páginas escritas aqui, ou seja, no sentido de uma economia feudal no Brasil de Sodré (1998) e Faoro (2004), raízes coloniais totalmente rurais, seguindo Holanda (1995), a pecuária como atividade secundária (PRADO JUNIOR, 1967), sempre pobre e dependente vivendo do escambo (RIBEIRO, 1995), assim como, os fazendeiros também sem recursos financeiros (LEAL, 1997) restringindo a produção a um âmbito local (FURTADO, 2003).

Importante informar que os renomados autores citados trabalharam com o Brasil tratando do sertão como um todo, cabendo a este artigo compartimentá-lo por analisar especificamente algumas cidades no sertão do Estado da Bahia. Explicando em fatos, os locais de maior produção pastoril na Bahia do século XIX como Feira de Santana e Caetitê estão inseridos nesse contexto paradoxal do capitalismo baseados nas idéias dos autores citados. Portanto, pode-se assim afirmar que realmente existem estas contradições, isto é, as atividades desenvolvidas através de relações não-capitalistas acontecem, e por estarem ligadas à produção, nesse período são extensas em locais de menor circulação numérica do sertão baiano fazendo-nos reafirmar que o rebatimento desses fenômenos iniciados em território sesmeiro é refletido no modo de vida de sua população nos dias sertanejos atuais.

Referências

AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra – MEC, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia. **Área de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas**. Recife: SUDENE, 1982.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Livros de tabeliães de notas e Escrituras**.

_____. **Registros Eclesiásticos de Terras do século XIX, Recenseamentos**.

_____. **Qualificações da Guarda Nacional**.

_____. **Pastas das Secretarias de Viação e Obras e Agricultura**.

ASSARÉ, Patativa do. **Triste partida**. Disponível em <http://www.fisica.ufpb.br/~romero/port/ga_pa.htm>. Acesso em: 10 de out. de 2006.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

BAHIA. **Bacias hidrográficas da Bahia**. Secretaria de Recursos Hídricos. SRH, 2004.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. **Processos sócio-econômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba/BA**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador: UFBA, 2007.

BRASIL. **Polígono das secas**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Disponível em <sigserver.sudene.gov.br/>. Acesso em: 11 de set. de 2006.

CORBUSIER, Le. **Maneira de pensar o urbanismo**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1977.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: a campanha de Canudos**. Clássicos comentados I. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DANTAS, Mônica Duarte. **Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano**

(Itapicuru, 1549-1822). In: Penélope: revista de história e ciências sociais. n 23. São Paulo: Celta, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político**. 16.ed. São Paulo: Globo, 2004. v.1 e 2.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 15.ed. Recife: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, Francisca Ferreira. **As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santana – Bahia**. 1999. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador: UFBA, 1999.

GUIA CULTURAL DA BAHIA (2). **Recôncavo**. Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes** – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife: SUDENE, 1980.

MILTON, Aristides A. **Ephemerides Cachoeiranas**. vol.I. Salvador: UFBA, 1979.

MORAES, Walfrido, **Jagunços e Heróis**: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. 4.ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/IPAC. 1991.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1967.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 34.ed. Rio, São Paulo: Record, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Vol. 2. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: EDITUS, 2002.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memórias sobre o estado da Bahia**. Bahia: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Vol. I (livro I). Salvador: Itapuã, 1969.

Notas

¹ Muitas dessas propriedades distribuídas pelo sistema sesmeiro, foram transmitidas hereditariamente e perduraram durante anos nas mãos das mesmas famílias. Faoro (2004, p. 125), afirma que “a largueza no distribuir provinha, também, do pouco valor das terras”.

² Um bom exemplo dessa carência é o relato dos viajantes Spix e Martius, de outubro de 1818, quando passaram pelo sertão da Bahia e escreveram que “em pontos diversos, elevam-se bosques ralos da

palmeira de aricuri (*cocos coronata*), de cujos caules os sertanejos costumam preparar em tempos de penúria, um pão seco, extremamente pobre de matéria nutritiva. Precisar o povo de um país de riqueza tão exuberante recorrer a tais expedientes, para subsistir, nos parecia incrível, se não houvéssemos visto a miséria em que geralmente vive a gente nessa região do sertão, e se acha bem” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 129).

³ Nesta poesia, o autor cearense Antônio Gonçalves da Silva (1909–2002), mais conhecido como Patativa do Assaré, descreve a vida pobre e seca do trabalhador sertanejo conforme trechos da referida poesia: “Setembro passou, com outubro e novembro / Já tamo em dezembro. / Meu Deus, que é de nós? / Assim fala o pobre do seco Nordeste, / Com medo da peste, / Da fome feroz [...] Sem chuva na terra descamba janêro, / Depois, fevêro, / E o mêrmo verão / Entonce o rocêro, pensando consigo, / Diz: isso é castigo! / Não chove mais não! / Apela pra maço, que é o mês preferido / Do Santo querido, / Senhô São José. / Mas nada de chuva! ta tudo sem jeito, / Lhe foge do peito / O resto da fê...”

⁴ Cita-se o Polígono das Secas com o cuidado de contextualizar geograficamente a região com um conceito mais atual, porém, com a ressalva de apesar do conceito pertencer à primeira metade do século XX, não há perdas pela atemporalidade contextual do parágrafo. O Polígono das Secas foi definido conforme a Lei 175, de 1936, alterada pela Lei nº 1.348, de 1951, e pelo Decreto-lei nº 9.857, de 1946. Conforme a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), atualmente, o Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135 do Conselho Deliberativo da SUDENE, compreende uma área de 1.084.348,2 km², correspondentes a 1.348 municípios, distribuídos pelos Estados do Piauí (214), Ceará (180), Rio Grande do Norte (161), Paraíba (223), Pernambuco (145), Alagoas (51), Sergipe (32), Bahia (256) e Minas Gerais (86) (SUDENE, 2006).

⁵ Dentro da relatividade citada sobre esses fazendeiros que recebiam o título de “coronel”, conforme Leal (1997, p. 289) “o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe público, a todo e qualquer potentado”.

⁶ O caminho era feito pela estrada do gado e tinham como destino São Félix e Cachoeira, pelo barco a vapor - que fez sua primeira viagem em 1819 (SIMONSEN, 1977, p. 44, *apud* VASCONCELOS, 2002, p. 126) - em direção à capital baiana ou por terra passando por localidades como Serrinha, Itapororocas, Feira de Santana, Pedrão, Aramari, Alagoinhas e Mata de São João (ver figura 2). Todas as localidades que ficavam nessa rota da pecuária, tiveram a gênese de suas zonas urbanas influenciadas pela paragem dos tropeiros com o gado quando estavam na direção dos maiores mercados da época.

⁷ Ocupação do princípio do século XVIII. Vianna (1893, p. 511) escreveu que em “1700 a fazenda passou a posse de João Evangelista de Castro Tanajura, onde costumavam fazer estação as tropas e viajantes, que transitavam na estrada chamada das minas, de S. Félix às minas do Rio de Contas”. Em 1873 foi criada a freguesia (Id., p. 511). O município e a vila de Curalinho foram criados com território desmembrado de Cachoeira sob a Lei Provincial de 26.06.1880. A vila passa a ter o grau de cidade em 22.06.1893 (GUIA CULTURAL DA BAHIA, 1997, p. 75). A localidade de Curalinho é hoje a cidade de Castro Alves.

⁸ Em 1865, existiam três zonas de abastecimento de gado, são elas: (1) sertão baixo ao norte da província da Bahia, compreendendo as localidades de Feira de Santana, Inhambupe, Itapicuru, Jeremoabo, Monte Santo e Jacobina. (2) sertão alto no vale do rio São Francisco, compreendendo as localidades de Sento Sé, Barra de São Francisco e Santo Antônio do Urubu. (3) restringia-se à localidade de Caetitê. As maiores zonas produtoras de gado nesse período eram Feira de Santana, Monte Santo e Jeremoabo respectivamente (APEB: Seção colonial e provincial. Série Agricultura, abastecimento de gado, carne. 1823 – 1888, nº 4630).

⁹ Escreve Aguiar (1979, p. 228) que a feira do município de Curalinho há poucos anos [de 1889] “era o segundo mercado da Província, pois que o primeiro era o da Feira de Santana”. Poppino (1968, cap. III) descreve a evolução desse ‘primeiro mercado’ afirmando que até 1807 Feira de Santana era pouco conhecida. Em 1819 a feira prosperou e deu o nome ao povoado. Nas terças-feiras de 1825, a cada semana, circulavam de três a quatro mil pessoas; em 1828 sua feira de gado firmara-se como a mais importante da Província. Em 1860 sua importância ainda estava diretamente ligada à feira. Gomes (1999, p. 64) completa grafando que “a cidade [de Feira de Santana] originou-se de uma fazenda [Santana dos Olhos D’água] ponto de provisão para os boiadeiros, tropeiros e outros tipos de comerciantes, evoluindo para a maior feira de gado do nordeste”.

¹⁰ O mesmo se refere à estrada das boiadas e explica que “três são as estradas que dão entrada na cidade [de Salvador], e vêm a ser a das boiadas, a das Brotas, em que se incorpora a do Cabula, e a do Rio Vermelho; todas elas vem saindo a cada passo em gargantas, sem desvio para um, ou outro lado” (VILHENA, 1969, p. 226).

¹¹ Nesse conceito por nós desenvolvido, já teríamos escrito anteriormente que “a atividade regional em um momento dado, tanto pode se configurar em sístoles como em diástoles, e sua organização espacial vai depender do equilíbrio de suas veias de desenvolvimento como espaços de atração ou de repulsão de população. O fator determinante é o tamanho das veias e a combinação de toda a rede relacional que deriva geralmente dos ciclos econômicos. Após o ápice de um ciclo econômico, há uma tendência natural à dispersão, [ao que chamamos] diástole regional” (BRANDÃO, 2007, p.12).

¹² O ouro foi tão importante para Jacobina que mesmo depois de mais de cem anos da descoberta desse mineral, conforme relato dos viajantes Spix e Martius, a vila de Jacobina na primeira metade do século XIX continuava tendo importância como principal ponto da comarca mais ocidental na província da Bahia. Completam afirmando que “em Jacobina, exploram-se ainda hoje [1818] algumas minas de ouro, e ali ou em Vila do Príncipe, é fundido todo o ouro encontrado na província da Bahia. A região entre Jacobina e Rio de Contas é, aliás, muito pouco povoada” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 127).

¹³ Conforme Milton (1979, p. 127), em outubro de 1844, 19 oitavas de diamante foram achadas por Venceslau de tal ao mergulhar num poço do rio Mucugê; em 1845 nas Lavras Diamantinas foi achado um diamante pesando 7 1/2 oitavas, avaliado em 700:000\$000.

¹⁴ Segundo Moraes (1991, p. 30), a passagem de bandeirantes e sertanistas promoveu a “instalação e desenvolvimento de núcleos populacionais ponderáveis ao longo do século XVIII, em grande parte dessa área do sertão de cima”, onde uma das regiões desse sertão encontrava-se dentro da extensa freguesia de São Sebastião do Sincorá e chamava-se Santa Isabel do Paraguaçu (“atual município de Mucugê [...] de cujas terras seriam desmembradas, no século XIX, as áreas atuais dos municípios de Lençóis, Andaraí, Palmeiras e Seabra”. (Id., p. 32). Com a descoberta de diamantes na região da Chapada Diamantina (Mucugê, Andaraí e Lençóis), Silva, Leão e Silva (1989, p. 86) escrevem que “afluiu inúmeros imigrantes e a prosperidade dos núcleos aumentou rapidamente...” Vianna (1893, p. 451) completa afirmando que “até o ano de 1871 [...] As Lavras diamantinas floresceram de uma maneira espantosa. Uma grande affluencia de imigrantes atulhava a cidade dos Lençóis e todos os demais pontos commerciaes espalhados no termo [...] Com a descoberta dos diamantes no cabo da bôa esperança [África do Sul], baixaram na Europa os preços do diamante ao ponto de repentinamente quebrar o commercio inteiro das lavras, ficando reduzidos à miséria os negociantes...” Voltando a citar Silva, Leão e Silva (1989, p. 86), estes grafam que “quando a crise atingiu a região, já existiam inúmeras vilas e povoados disseminados pela Chapada, cujos habitantes em parte emigraram e em parte ficaram com a exploração do café e outras lavouras”. A partir de 1871 houve a decadência do ciclo diamantífero em Lençóis e sua região influente, por esta localidade ter se tornado um espaço de repulsão de população. Um espaço acometido por uma diástole regional.

¹⁵ Motivos físicos, relacionados ao relevo acidentado que dificulta a agricultura, ao clima semi-árido e à vegetação predominante de caatinga; motivos técnicos, relativos à inexistência de recursos financeiros para aplicação das melhores técnicas de produção existentes na época; motivos regionais, relativos à vasta extensão das terras nas mãos de fazendeiros sem recursos financeiros em espécie para investimento em atividades diversificadas.

¹⁶ Sobre as transferências de gado entre regiões e o pagamento aos vaqueiros por esse serviço feito, Ribeiro (1995, p. 342) detalha escrevendo que os vaqueiros “davam conta do rebanho periodicamente, separando uma rês, como pagamento, para cada três marcadas para seu dono”.

¹⁷ Dentro do contexto da época, a terminologia mercado distante é pertinente para explicar a dificuldade da circulação e distribuição produtiva. Conforme Prado Junior (1967, p. 67), sobre a produção do espaço e distribuição produtiva, este escreve que, “donde também um comércio, afora a condução de gado, pouco intenso; resultando disso aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas umas das outras”.

¹⁸ Mesmo com a dificuldade comercial, causada principalmente pela distância de núcleos de maior acumulação, Melo escreve que “nesses espaços da faixa atlântica mais oriental do nordeste situa-se o principal mercado responsável pelos destinos econômicos...” (MELO, 1980, p. 537).

¹⁹ Além do comércio realizado de mercadoria-dinheiro, ressalta-se que a relação da troca mercadoria-mercadoria era muito usada nessa escala espaço-temporal.

²⁰ A palavra hoje se refere ao ano de 1959, quando da primeira edição do livro *Formação econômica do Brasil* de Celso Monteiro Furtado (1920 – 2004).

Recebido em 16/04/2007

Aceito para publicação em 11/06/2007